



XX Colóquio Internacional de Gestão Universitária - CIGU 2021

Universidade frente aos desafios da Pandemia:
Cenários Prospectivos para a Gestão Universitária

Evento virtual
24 e 25 de novembro de 2021
ISBN: 978-85-68618-08-0



ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

LUCIANA SAMPAIO DA SILVA
Universidade Federal de Santa Catarina
lusampaio@hotmail.com

LUCIANE STALLIVIERI
Universidade Federal de Santa Catarina
luciane.stallivieri@ufsc.br

ANDRESSA SASAKI VASQUES PACHECO
Universidade Federal de Santa Catarina
andressa.pacheco@ufsc.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é identificar a produção científica sobre assistência estudantil publicada no Portal de Periódicos CAPES, mais precisamente na base de dados *Web of Science*. Foram identificados e analisados os seguintes indicadores bibliométricos: (i) análise de citações, publicações por instituição e por país, (ii) temas secundários, (iii) enquadramento metodológico e (iv) referências mais utilizadas. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, de natureza descritiva e a mostra compõe-se de 05 artigos. Como resultados, constata-se que o período entre 2016 e 2020 foi marcado pelo maior número de publicações, sendo que todas ocorrem no Brasil. Observa-se que a política de assistência estudantil, os programas de assistência estudantil e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) aparecem como temas secundários e estão presentes em 100% das pesquisas. Para metodologia, 70% dos trabalhos utilizam apenas uma abordagem de pesquisa, sendo ela a qualitativa. Por fim, são apresentadas as referências mais incidentes na amostra pesquisada. Após a realização do estudo, conclui-se que o tema é recentemente explorado. Espera-se que a síntese desta pesquisa permita algum direcionamento nos estudos relacionados à assistência estudantil na educação superior.

Palavras-chave: Assistência Estudantil, Política de Assistência Estudantil, Bibliométrico.

1. INTRODUÇÃO

A assistência estudantil é o tema do presente trabalho. No Brasil, as discussões sobre a área surgem nos anos 2000 a partir do debate entre o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e o Ministério da Educação (MEC). Para o FONAPRACE (2012, p. 49) é necessária a luta pela democratização do ensino superior, tendo em vista a incorporação de estudantes oriundos de famílias de baixa renda, garantindo a eles o acesso e a permanência na universidade.

O objetivo desta pesquisa é identificar a produção científica sobre assistência estudantil publicada no Portal de Periódicos CAPES, mais precisamente na base de dados *Web of Science*. Foram identificados e analisados os seguintes indicadores bibliométricos: (i) análise de citações, publicações por instituição e por país, (ii) temas secundários, (iii) enquadramento metodológico e (iv) referências mais utilizadas. A contribuição deste trabalho está na oportunidade de trazer à luz os dados que demonstram o atual contexto da produção científica sobre assistência estudantil.

Quanto à metodologia, é uma pesquisa com abordagem quantitativa; o seu objetivo é descritivo e para estratégia de coleta de dados foi utilizada a bibliometria. Trata-se ainda de uma pesquisa documental, uma vez que as informações necessárias para realização do estudo foram obtidas de documentos já publicados no meio científico.

Os resultados apontam que as referências mais incidentes na amostra pesquisada envolvem a presença de decretos, dando-se destaque para o que institui o PNAES. Como principal consideração, destaca-se a carência de artigos que tragam conceitos, origens, evolução e a prática da assistência estudantil no ensino superior.

Por fim, a apresentação desta pesquisa está estruturada da seguinte maneira: fundamentação teórica, metodologia, resultados e considerações finais, seguido das referências que deram subsídios para a elaboração deste artigo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica abrange as definições de: (i) assistência estudantil; (ii) políticas de assistência estudantil.

2.1 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante se desenvolva durante a graduação, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula (VASCONCELOS, 2010).

Por outro lado, Cavaignac e Costa (2017, p. 11) afirmam que “a assistência estudantil se configura como uma política seletiva e residual, a qual nem todos os estudantes podem acessar; portanto, não pode ser caracterizada como um direito universal”. Imperatori (2017, p. 295), por sua vez, entende que quaisquer estudantes poderão ser atendidos por ações de assistência estudantil, sendo prioritários os vulneráveis em termos socioeconômicos, podendo ser estabelecidos outros requisitos pelas instituições.

Finatti et al afirmam que:

A assistência estudantil transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais didáticos pedagógicos [...] o acompanhamento às necessidades educativas especiais, bem como o provimento dos recursos mínimos a sua sobrevivência, como moradia, alimentação, vestuário, transporte e recursos financeiros (FINATTI et al, 2007, p. 246)

Para Imperatori (2017, p. 295), “a assistência estudantil é composta por uma variedade de eixos de atuação. Percebe-se, então, que a proposta do PNAES é articular diferentes áreas e, conseqüentemente, diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo”.

O foco sobre permanência estudantil é apresentado na proposta do Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), via Decreto nº 6.096/2007. Em seu artigo primeiro, o REUNI “tem por objetivo criar condições para ampliação de acesso e permanência na Educação Superior... e, em seu artigo segundo, item V, o programa terá as seguintes diretrizes, entre outras: ampliação de políticas de inclusão e permanência estudantil” (BRASIL, 2007, p. 4).

Anterior à criação desse programa, em 1984 os Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) se reuniram preocupados com as políticas de promoção e apoio aos estudantes, uma vez que o contexto socioeconômico e político do Brasil na década de 80 foi marcado pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira. Foi instalado então, no ano de 1987, em Manaus, no estado do Amazonas, o Fórum Nacional de Assuntos Estudantis e Comunitários, passando posteriormente a ser denominado de Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Ao listar suas aspirações, registradas na obra comemorativa de seus 25 anos, apresenta que um dos objetivos específicos do FONAPRACE é “promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino” (FONAPRACE, 2012).

O PNAES, elaborado pelo FONAPRACE e aprovado pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em julho de 2007, definiu conceitos, base legal, princípios, objetivos, diretrizes, áreas estratégicas e acompanhamento para a assistência estudantil nas IFES. Diante disso, no âmbito do MEC e através do Decreto nº 7.234 de 2010, o PNAES é instituído com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (BRASIL, 2010).

O artigo 2º do referido decreto define os objetivos do PNAES:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Por sua vez, o inciso 2º do artigo terceiro versa que “Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados”. Já o art. 5º trata que serão atendidos, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de Educação Básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010). Percebe-se, portanto, a atenção dada aos estudantes vulneráveis e que precisam de apoio para sua permanência na universidade.

Essa característica de vulnerabilidade pode ser encontrada desde os tempos medievais, onde o assunto mais frequente na correspondência dos estudantes era a solicitação de recurso financeiro. O modo de atender a necessidade fundamental da vida estudantil era, sem dúvida, um dos problemas mais importantes que ocupavam a atenção do estudante medieval. Através de cartas destinadas aos pais, o aluno dizia que precisava desesperadamente de recursos para livros e outras despesas necessárias, afirma Haskins (2015) em seu livro a Ascensão das Universidades. Ele cita um exemplar de Oxford, onde contém a passagem de uma escrita um pouco mais individual:

“...Escrevo para informar-te que estou estudando em Oxford e tenho me esforçado bastante, mas a questão financeira permanece no caminho do meu progresso, pois já se passaram dois meses desde que terminei de gastar o que me enviaste. A cidade é cara e faz muitas exigências; eu tenho que pagar pelo alojamento, comprar o indispensável e providenciar muitas outras coisas que agora não posso especificar. Por isso, respeitosamente suplico a tua paternidade para que, inspirado pela piedade divina, tu possas me auxiliar e, assim, eu consiga completar aquilo que iniciei tão bem” (HASKINS, 2015, p. 50).

Apesar de a carta ser escrita há bastante tempo, ela traz a contemporaneidade do tema assistência estudantil. A necessidade de recursos financeiros para o aluno poder estudar e concluir os seus estudos é um desafio para as instituições de ensino superior, uma vez que os recursos são escassos. Porém, ao cumprirem a função social, as universidades exercem o seu compromisso com o papel da educação no processo de conscientização da sociedade.

A assistência estudantil possui desafios que envolvem um contexto complexo. Estabelece-se, portanto, a necessidade de atenção a essa temática, cujos conceitos envolvem vulnerabilidade socioeconômica, redução das taxas de retenção e evasão e proteção social.

2.2 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Aliado ao movimento da nova administração pública, no final da década de 1970, tem-se o contexto da revolução econômica, política e social enfrentada no final do século XX. Nesse período, o estado é amplamente questionado quanto a suas ações interventoras na realidade social e a real eficácia dessas atuações. No âmbito da política pública, Secchi (2014, p. 2) entende que “[...] a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante”.

Para Heidemann (2006), depois que o problema público conseguiu entrar na agenda política, depois que foram formuladas várias opções para resolvê-lo e depois que o governo se decidiu por um curso em ação, ainda cabe a ele colocar a decisão em prática. Para o autor, a implementação de políticas não mereceu tantos estudos quanto as iniciativas de modelagem teórica para os estágios da formulação, da tomada de decisão e da avaliação do processo de elaboração de políticas.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) ressalta a importância da permanência estudantil presente no primeiro princípio do artigo 206 da Constituição Federal. Em seu inciso I, artigo 3º, a LDB destaca que “O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996). Apresenta-se que a base legal para a formulação das políticas de assistência estudantil é consagrada por esse artigo, pois tanto a Constituição quanto a LDB preconizam a ideia de “dar a quem mais precisa”, compensando ou reparando as falhas do passado, ideia presente desde a Antiguidade Clássica que destacava o “tratar desigualmente os desiguais” (CURY, 2005, p. 15).

No âmbito das IFES, as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Para tanto, as políticas de assistência estudantil deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010). Nesse sentido, criam-se mecanismos que asseguram não somente a redução das desigualdades sociais, mas também a permanência e a conclusão do curso pelo estudante.

A assistência estudantil não se trata de uma política consolidada, mas que se situa em um campo de disputa e que está passando por um processo de legitimação, principalmente após sua regulamentação através do PNAES (IMPERATORI, 2017). Para viabilizar o caráter transformador da relação entre universidade e sociedade, é importante destacar que a política de assistência estudantil nas IFES deve articular-se ao ensino, pesquisa e extensão. A figura 1, que explica sobre esse conceito referenciado pelo FONAPRACE, é assim mencionada:

Figura 1: Assistência estudantil como política essencial na articulação entre ensino, pesquisa e extensão.



Fonte: FONAPRACE 2012

Percebe-se uma preocupação em inter-relacionar a inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida. A figura 1 ainda remete ao art. 4º do decreto do PNAES, o qual destaca que as ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010). Assim, torna-se imperativo sensibilizar as autoridades, os legisladores e a comunidade universitária para a importância da assistência como parte de um projeto acadêmico que tem a função fundamental de formar cidadãos qualificados.

Entre as diretrizes estipuladas pelo Fórum, uma delas é redimensionar as ações desenvolvidas pelas instituições e consolidar programas e projetos relacionados às necessidades apontadas nas pesquisas sobre o perfil do estudante de graduação, a partir das áreas estratégicas e linhas temáticas definidas (FONAPRACE, 2012). Dessa forma, a política de assistência estudantil desenvolvida nas IFES tem como prática abranger campos estratégicos cujas linhas temáticas sejam gerenciadas por órgãos que administrem esse processo. O quadro 1 ilustra essas áreas:

Quadro 1: Áreas estratégicas da política de assistência estudantil.

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
Permanência	<ul style="list-style-type: none"> - Moradia - Alimentação - Saúde (física e mental) - Transporte - Creche - Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Ensino - Pesquisa - Extensão
Desempenho Acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsas - Estágios Remunerados - Ensino de Línguas - Inclusão Digital e Fomento à participação político-acadêmica - Acompanhamento psicopedagógico 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão - Públicos com órgãos públicos e entidades com fins sociais

Cultura, Lazer e Esporte	- Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais - Acesso a ações de educação, esportiva, recreativa e de lazer	- Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa extensão e cultura - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil
Assuntos da Juventude	- Orientação profissional sobre mercado de trabalho - Prevenção a fatores de risco - Meio Ambiente - Política, Ética e Cidadania - Saúde, sexualidade e Dependência Química	- Assuntos Estudantis - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil

Fonte: FONAPRACE 2012

Observa-se que, por meio de programas específicos, tem-se a preocupação com a realidade dos estudantes vulneráveis.

3. METODOLOGIA

A metodologia do trabalho será apresentada neste capítulo. Em relação à natureza do objetivo, a presente pesquisa é classificada como descritiva, pois descreve os resultados encontrados após identificar parte da produção científica a respeito da assistência estudantil. Com a finalidade de alcançar o objetivo proposto, optou-se, como estratégia para coleta, refinamento e a análise dos dados, a bibliometria. A bibliometria é uma técnica quantitativa e estatística que tem como finalidade medir os índices de produção e disseminação do conhecimento científico (ARAÚJO, 2006).

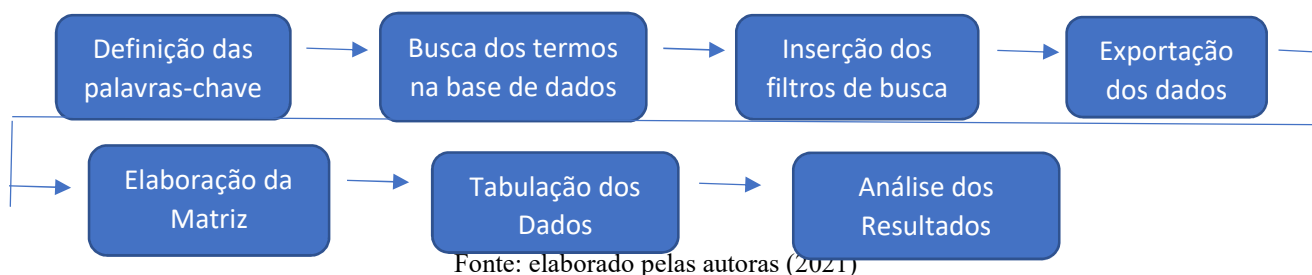
No que diz respeito à forma de abordagem do problema, este estudo utiliza o enfoque quantitativo, pois faz uso de meios estatísticos para tabulação dos dados e apresentação dos resultados (RICHARDSON, 1999). Trata-se de pesquisa documental, pois as informações necessárias para a realização do estudo foram obtidas de documentos que já foram publicados no meio científico. Para tanto, a fonte de coleta de dados é o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), mais especificamente na base de dados *Web Of Science* por ser o seu principal recurso na plataforma e pela inteligência da indexação de artigos.

3.1 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O *Web of Science* é o principal recurso na plataforma e inclui mais de 20.000 revistas acadêmicas de alta qualidade revisadas por pares e publicadas em todo o mundo (incluindo periódicos de acesso aberto), e mais de 190.000 processos de conferências e é possível acessá-lo por meio do Portal de Periódicos da CAPES. Na atualidade, são mais de 11.000 periódicos disponíveis (Capes, 2020). Após a escolha da base como fonte para coleta de dados, definiram-se as palavras-chave em inglês para o tema da pesquisa: *student AND assistance*, sendo que tais palavras precisavam constar no título do artigo. Em linhas gerais, a escolha do tema assistência estudantil é justificada pelo objetivo principal do trabalho, que é realizar um estudo bibliométrico de sua produção científica no Portal da CAPES. O período de coleta foi entre 15 e 20 de novembro de 2020.

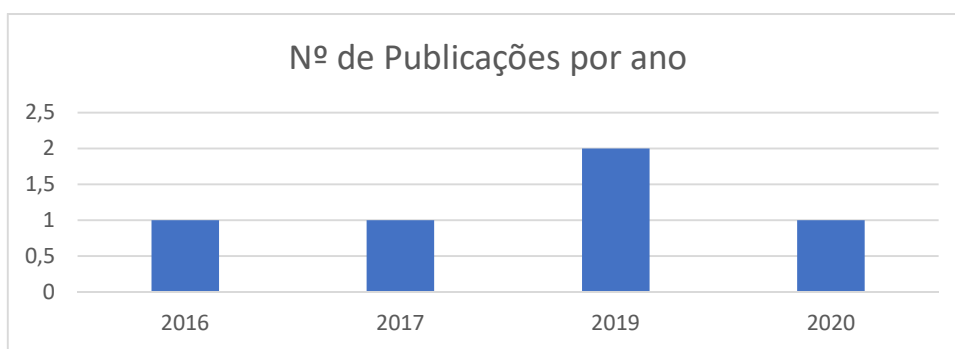
Seguindo o protocolo apresentado na Figura 2, os passos seguidos para bibliometria foram:

Figura 2: Passos para Bibliometria



Pela linha do tempo, destaca-se que não há um crescimento representativo de publicações sobre o tema assistência estudantil e o ápice de referências encontradas ocorreu em 2019, com duas publicações, representando 40% do total, conforme ilustra o Gráfico 1.

Gráfico 1: n° de publicações por ano



Fonte: elaborado pelas autoras (2021)

A pesquisa sobre assistência estudantil revelou escassez. Logo, é uma área recentemente explorada, sobretudo no Brasil, após a implementação do PNAES em 2010. Em uma seleção preliminar, aplicou-se o filtro somente para artigos e, na sequência, aqueles que estão disponíveis integralmente na *web* (acesso aberto), excluindo-se seis referências que não foram localizadas de forma completa. Após, procedeu-se a leitura do resumo (*abstract*) e foram excluídos 22 artigos que notadamente tratavam de assuntos não relacionados ao contexto da pesquisa.

A Tabela 1 apresenta as etapas utilizadas para a seleção dos artigos:

Etapa	Ação	Resultado
1	Busca (constar no TÍTULO): <i>student AND assistance</i>	231 Documentos
2	Filtro "ARTIGOS"	147 Artigos
3	Filtro "Acesso Aberto"	33 Artigos
4	Artigo não encontrado	06 Artigos
5	Artigo excluído após leitura do Resumo	22 Artigos
6	Artigo elegível para leitura completa	05 Artigos

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Por fim, cinco trabalhos foram elegíveis para leitura completa e assim compõem a síntese da pesquisa, segundo os critérios de inclusão e exclusão pré-estabelecidos.

4. RESULTADOS

A Tabela 2 aponta para zero o número de citações por artigo, o que pode revelar baixa continuidade nas pesquisas sobre assistência estudantil. As universidades mais prolíficas são a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade de Brasília (UnB),

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). O país que apresentou a totalidade das publicações foi o Brasil.

Tabela 2: Análise geral de citações, publicações por Instituição e País

Artigo	Periódico	Nº de citações	Universidade/Instituto	
			Federal	País
1	Revista Tempos e Espaços em Educação	0	UESB	BRA
2	Revista de Ciências Humanas da Universidade de Taubaté	0	UnB	BRA
3	Educação	0	UFMS	BRA
4	Revista On Line de Política e Gestão Educacional	0	UFPE	BRA
5	Conhecimento & Diversidade	0	IFES	BRA

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Mesmo que o objetivo do estudo seja analisar a produção científica sobre o tema assistência estudantil, a Tabela 3 aponta os objetos secundários que possuem maior incidência dentro dos artigos analisados. Observa-se que a “Política de assistência estudantil”, os “Programas de assistência estudantil” e o “PNAES” estão presentes em 100% das pesquisas. Já a avaliação da assistência estudantil encontra-se em 40% dos estudos.

Tabela 3: Temas secundários

Temas Secundários	Incidência					%
1. Política de assistência estudantil	1	1	1	1	1	100
2. Programas de assistência estudantil	1	1	1	1	1	100
3. PNAES	1	1	1	1	1	100
4. Avaliação da assistência estudantil	0	0	0	1	1	40

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A Tabela 4 apresenta o enquadramento metodológico apontado nas pesquisas:

Enquadramento Metodológico		Frequência	%
Abordagem	Qualitativa	2	40
	Quantitativa	0	0
	Quali-quantitativa	0	0
	Não identificado	1	20
Objetivos da Pesquisa	Exploratória	0	0
	Descritiva	1	20
	Descritiva e Exploratória	0	0
	Não identificada	1	20
Estratégia da Pesquisa	Bibliográfica	2	40
	Bibliométrica	0	0
	Documental	3	60
	Estudo de Caso	0	0
	Estudo Multi-Caso	0	0
	Não identificado	1	20
Técnicas de Coleta de Dados	Entrevistas	0	0
	Questionários	2	40
	Não identificadas	1	20

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

É relevante esclarecer que parte dos artigos não apresentam um modelo teórico que deixe claro a abordagem, o objetivo e a estratégia da pesquisa, e alguns não possuem um capítulo específico para essa finalidade, apresentando-se apenas no resumo. Percebe-se que 40% dos trabalhos utilizam apenas uma abordagem de pesquisa, sendo ela a qualitativa. Quanto

aos objetivos da pesquisa, a descritiva possui incidência de 20%. Para estratégia de pesquisa, a documental recebe destaque e está em 60% dos artigos, e a pesquisa bibliográfica em 40% deles. O questionário apresentou a maior frequência como técnica de coleta de dados, com 40%.

A Tabela 5 apresenta as referências mais incidentes na amostra pesquisada. Sugere-se que, a partir destes resultados, as referências abaixo sejam consideradas as clássicas no que tange à assistência estudantil. Observa-se a presença de decretos, dando-se destaque para o que institui o PNAES.

Tabela 5: Referências mais utilizadas

Referências	Incidência
BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista . In: BEHRING, Elaine Rossetti Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete (Org.). Serviço Social: direitos profissionais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 301-322.	2
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988) . São Paulo: Saraiva, 1991.	2
BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais . Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de abril de 2007. Seção 1, 206 p. 7.	4
BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil . Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2010.	5
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional . Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996.	2
SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão . Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, 2010.	2
KOWALSKI, Aline Viero. Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos . 2012. 180 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.	2
SANTIAGO, Salomão Nunes. A Política de Assistência Estudantil no governo Lula: 2003 a 2010 . 238 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.	2
BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de Janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação 2001 . Brasília: Ministério da Educação, 2001.	2
DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo . Revista USP, São Paulo, n. 17, 1993. FARAH, Marta Ferreira Santos. Temas emergentes em gestão e políticas públicas: tendências gerais. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, n. 48, p. 43-66, 2006.	2
ALVES, Jolinda Moraes. A assistência estudantil no âmbito da política de Ensino Superior Pública . Serviço Social em Revista, v. 5, n.1, jul/dez. 2002. Londrina-PR: UEL, 2002.	2

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

5. CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi identificar o que se tem de produção científica sobre assistência estudantil publicada no Portal de Periódicos CAPES, mais precisamente na base de dados *Web of Science*. O método utilizado envolve os seguintes indicadores bibliométricos: (i) análise de citações, publicações por instituição e por país, (ii) temas secundários, (iii) enquadramento metodológico e (iv) referências mais utilizadas.

Entre as conclusões encontradas, percebe-se que, embora os artigos mereçam destaque pela publicação, eles não possuem nenhuma citação, o que provavelmente informa a

descontinuidade dos estudos sobre o tema. As publicações encontradas somente no Brasil revelam que, mesmo em pouca quantidade, o país apresenta-se como referência no assunto.

Referente aos temas secundários, o “PNAES”, a “Política de assistência estudantil” e os “Programas de assistência estudantil” apresentam grande foco de estudo entre os artigos pesquisados. Para metodologia, identifica-se que 40% dos trabalhos utilizam apenas uma abordagem de pesquisa, sendo ela a qualitativa. Como estratégia de pesquisa, a documental apresenta maior frequência, com 60% dos artigos pesquisados e o questionário está presente em 40% deles. Sobre as referências mais incidentes na amostra pesquisada, existe como característica a presença de decretos, sendo que o do PNAES é referenciado em todos os trabalhos.

Conclui-se que há necessidade de estudos futuros sobre o tema, uma vez que o universo pesquisado revelou escassez, com a presença de apenas cinco artigos encontrados. Se por um lado existem decretos e leis que incentivam a política de assistência estudantil, por outro, há poucos estudos que revelem os conceitos, origens, a evolução e a prática da assistência estudantil.

A assistência estudantil ocupa um papel importante no contexto das instituições federais de ensino superior. Como recomendação, sugere-se que pesquisas futuras encontrem mais informações sobre o tema, para que novos dados possam auxiliar os gestores e a comunidade científica.

Como limitação, aponta-se o fato de esta pesquisa ter sido realizada em apenas uma base de dados do Portal da Capes. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o escopo para outros periódicos, para que assim apresentem-se outras análises mais detalhadas de amostras pesquisadas.

Por último, espera-se que os resultados encontrados possam auxiliar no direcionamento de novos estudos relacionados à assistência estudantil. Compreender as descobertas originadas por esta pesquisa possibilitará a criação de um espaço de reflexão pautado em elementos concretos, já avaliados e estruturados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. (2006). **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais**. Em *Questão*. <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16/5>. Acesso em: 20 nov. 2020

BRASIL. **Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de apoio aos planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

BRASIL. **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

BRASIL. **Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 nov. 2020.

CAVAIGNAC, Mônica Duarte. COSTA, Renata Maria Paiva. **Serviço Social, Assistência Estudantil e “Contrarreforma” do Estado**. Brasília: Temporalis, 2017. v 17. n 34.

Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17589>. Acesso em: 17 fev. 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Capes). (2020). <http://www.periodicos.capes.gov.br/>.

CURY, C. R. J. **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo. v. 35, n. 124, p. 11-32, jan. / abr., 2005.

FINATTI, Betty Elmer; ALVES, Jolinda de Moraes; SILVEIRA, Ricardo de Jesus. **Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL** — indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. *Libertas*, Juiz de

Fora, v. 6 e 7, n. 1 e 2, p. 246-264, jan.-dez./2006, jan.-dez./2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18155/9407>. Acesso em: 14 fev. 2021.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares / Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Coordenação: ANDIFES–UFU, PROEX, 2012.

HASKINS, Charles Homer. **A ascensão das universidades**. Danúbio Editora. 2015.

HEIDEMANN, Francisco G. Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. 3ª ed. Brasília: UnB. 2006.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência ao aluno no ensino superior brasileiro**. Serviço Social, São Paulo, n. 129, pág. 285-303, agosto de 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000200285&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 fev. 2021.

RICHARDSON, R. J.; DE SOUSA PERES, J. A. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. Atlas, 1999.

SECCHI. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

VASCONCELOS, N. B. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil/ Ensino em Re-Vista, Uberlândia. 2010: v.17, n. 2, (Jul./Dez. 2010). Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/index>. Acesso em: 12 jan. 2021.